

Análise comparativa das aquisições de órteses, próteses e materiais especiais (opmes) não padronizados em hospital militar de médio porte com àquelas realizadas por hospitais públicos no Estado de Pernambuco

Jailton Ferreira, Karinna Boaviagem, Marlos José Ferreira, Maurilucio Apolinario Filho

Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, UFPE

Introdução: Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs) estabelecidos como produtos para saúde, são utilizados na assistência em intervenções cirúrgicas, nas áreas médicas, odontológicas e/ou reabilitação, terapêutica ou diagnóstica, sendo ela transitória (Órteses) ou permanente (Próteses). Por se tratar de insumos de alta complexidade e relevância social e financeira, é necessária a comunicação efetiva entre a equipe médica responsável pela solicitação do material e todos setores da instituição envolvidos nos processos de programação e aquisição, como farmácia, setor de compras, de planejamento, de licitação, de contratos e financeiro. Dentro do contexto público, tal articulação é imprescindível para garantir economicidade, a efetiva disponibilidade do material e, consequentemente, qualidade de vida ao paciente. **Objetivos:** Analisar e comparar as aquisições de OPMEs não padronizados em hospital militar de médio porte com àquelas realizadas por hospitais públicos no Estado de PE. **Métodos:** Estudo retrospectivo das aquisições de OPMEs não padronizados realizadas nos anos de 2016 e 2017. Foram utilizados os históricos de compras através de memorandos recebidos, notas de empenhos emitidas e sistema estadual de procedimentos fiscais (*site E-fisco*). **Resultados:** Em 2016 e 2017 foram adquiridos 14 e 15 tipos de OPMEs não padronizados, respectivamente. As especialidades que mais solicitaram em 2016 foram Vascular (71,42%), seguida por Cirurgia Geral (21,42%) e Urologia (7,14%). Já em 2017, as especialidades Vascular e Geral apresentaram percentuais menores (20 e 6,66%, respectivamente) e outras especialidades foram registradas – Endoscopia (26,66%) e Hepatologia (46,66%). Para 42,85% dos itens analisados de 2016 não foram localizadas atas de registro de preço estaduais (ARP) no E-fisco. Em 2017 este percentual foi de 33,3%. Em 2016, os gastos foram de R\$ 32.800,86 e, em 2017, este gasto foi de R\$ 54.006,89, correspondendo a um aumento financeiro de 39,26%. **Conclusão:** O aumento nos gastos com a aquisição de OPMEs não padronizados sinaliza a necessidade de definição de padronização destes materiais no hospital visando minimizar a necessidade de aquisição emergencial e garantir ARPs para todos os materiais. Além disso, a criação de um protocolo para solicitação de OPMEs não padronizados pode sistematizar e organizar o fluxo para aquisição. Tais ações garantirão uma melhor gestão de custos com economicidade, além de prestação adequada de assistência à saúde.